

Prevent Senior é alvo de ação por violações na pandemia

Empresa afirma desconhecer processo e que atende às melhores práticas

Stefhane Piovezan

SÃO PAULO O Ministério Público do Trabalho, o MPT (Ministério Público Federal) e o Ministério Público de São Paulo anunciaram, nesta terça-feira (6), o ajuizamento de uma ação civil pública conjunta contra a Prevent Senior, que pede o pagamento de R\$ 942 milhões por dano moral e social coletivo.

Os ministérios públicos afirmaram que, durante os inquéritos civis, encontraram provas de que a empresa assediava funcionários para a prescrição de medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid.

Procurada, a operadora de saúde afirmou, em nota, que não pode se manifestar porque desconhece a ação. A Prevent Senior atende às melhores práticas em todos os segmentos em que atua, o que será reconhecido ao fim do processo, escreveu.

Segundo os promotores e

procuradores, os trabalhadores da empresa também eram desincentivados a utilizar máscaras de proteção e obrigados a manter a jornada de trabalho mesmo quando contraiam a doença, e o cruzamento de dados de testes de coronavírus da Secretaria de Saúde e dos registros de ponto teria comprovado essa prática.

"Constatamos que ao menos 8,8 mil trabalhadores no período de 2020 e 2021 trabalharam infectados com Covid-19 nos dois dias seguintes à confirmação do resultado. Aproximadamente 3,4 mil trabalhadores trabalharam infectados nos sete dias seguintes à confirmação do resultado", afirmaram durante entrevista a jornalistas na manhã desta terça, no prédio do MPT em São Paulo.

De acordo com os promotores, a ação foi apresentada à Justiça do Trabalho na segunda-feira (5) e engloba as seis empresas do grupo, os sócios Fernando e Eduardo Parrillo e suas esposas.

Procuradora do MPT e integrante da força-tarefa criada em 2021 para analisar a conduta da empresa durante a pandemia, Lorena Porto contou que houve uma tentativa de acordo extrajudicial com o grupo no ano passado, mas sem sucesso.

As defesas apresentadas nos inquéritos civis foram no sentido da regularidade da conduta, mas foi exatamente o contrário do que nós apuramos, tanto na parte do assédio moral quanto no ambiente de trabalho", afirmou. "E não houve uma disposição da empresa em assinar um termo de ajuste de conduta para essas obrigações trabalhistas. Por isso tivemos que ajuizar a ação civil pública".

Na época, também foi apresentado o valor de R\$ 942 milhões. A empresa afirmou que não tinha condições de arcar com o montante e não apresentou uma contraproposta. Segundo Arthur Pinto Filho, promotor de Justiça do

Ministério Público paulista, a indenização foi calculada a partir do faturamento da Prevent. "A lei permite que o pedido seja de até 20% do faturamento das empresas. Nós estipulamos 10% do faturamento líquido em 2020 e 2021", detalhou.

Os promotores entenderam que, a partir de 2021, após a assinatura de um TAC (termo de ajuste de conduta), a operadora de saúde interrompeu a distribuição do "kit Covid" e, como acordado, divulgou que não tinha autorização de nenhum Comitê de Ética em Pesquisa para realizar estudos com pacientes e que a hidroxicloroquina era ineficaz no tratamento da Covid-19.

Até a assinatura do TAC, porém, o grupo avaliou que as ações da empresa violaram a autonomia médica e os direitos dos consumidores, e colocaram em risco trabalhadores, pacientes e pessoas externas ao ambiente de atendimento. Se o julgamento for favorável à causa, o dinheiro será revertido em favor de órgãos públicos, entidades, instituições ou projetos indicados pelo Ministério Público.

As investigações abrangem análise de documentos oriundos de CPs (Comissões Parlamentares de Inquérito) de escala federal e municipal, processos administrativos da ANS (Agência Nacional de Saúde), sindicâncias do Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), oitiva em audiências presenciais de quase 60 testemunhas, pesquisas e análise de ações trabalhistas, laudos da Perícia de Medicina do Trabalho do MPT, realização de diligências na empresa, dados da Secretaria de Saúde, dos réus e da Receita Federal.

Entre as provas apresentadas, estão conversas de WhatsApp entre funcionários e seus superiores, as quais não podem ser divididas em arquivos de imagem sob pena de comprometimento de sua integridade. Assim, o primeiro pedido à Justiça do Trabalho foi para a entrega do material em dispositivo físico, como pen drives, e seu upload para a nuvem.

Uma vez aceito o formato, o processo seguirá o tradicional, com apresentação dos argumentos da defesa e a possibilidade de interpor recursos à decisão, e não há uma previsão de término.

Saúde faz compra de vacina contra catapora, em falta no país

SÃO PAULO O Ministério da Saúde iniciou uma compra internacional emergencial da vacina contra varicela, que previne a catapora, por conta do desabastecimento de doses no país. A pasta aguarda a entrega das doses.

Em março de 2023, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) determinou a suspensão do imunizante devido a uma mudança do método de produção. Em julho, o órgão voltou a liberar a distribuição, mas, segundo a Saúde, a interrupção impactou o cronograma de entrega.

São Paulo tem recebido menos da metade das doses que necessita por mês, conforme a Secretaria Estadual de Saúde. O estado necessita de cerca de 272 mil doses mensais, mas recebeu cerca de 120 mil doses em outubro de 2023 e outras 50 mil em dezembro.

Em janeiro, o Governo do Acre afirmou que recebeu 1.600 doses do imunizante, apesar de necessitar de 4.000 a 5.000 doses mensais. A vacinação contra a catapora teve que ser interrompida no estado pela falta de estoque. Na programação para fevereiro, a área técnica federal e a secretaria estadual chegaram a um consenso para a distribuição de 1.000 doses.

Bahia, Roraima, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Sul também relataram desabastecimento da vacina. O Ministério da Saúde diz que o laboratório fornecedor voltou a fornecer os imunizantes gradativamente. Em janeiro, a pasta recebeu uma entrega de 559.400 doses, que distribuiu entre os estados. Não há previsão de quando a entrega será normalizada.

A vacina contra a catapora é gratuita e pode ser recebida em todas as UBSs (Unidades Básicas de Saúde) e AMAs (Assistências Médicas Ambulatoriais)/UBS Integradas. A catapora é uma infecção viral febril aguda, altamente contagiosa, caracterizada pelo surgimento de bolhas na pele. Ela se manifesta com maior frequência em crianças e com incidência no fim do inverno e início da primavera.

Altamente contagiosa, a doença é transmitida de pessoa a pessoa, pelo contato direto, com secreções respiratórias e com as lesões de pele, que costumam coçar bastante. "Precisamos redobrar os cuidados com as nossas casas e em volta delas. Cerca de 75% dos focos estão dentro de casa", disse, lembrando que as pessoas devem receber em suas casas os agentes de combate às endemias. A ministra ressaltou ainda que neste ano há uma diferença no enfrentamento aos surtos de dengue: a vacina Qdenga, fabricada pela farmacêutica Takeda. A previsão do governo é vacinar cerca de 3,2 milhões de pessoas em 2024, começando pela faixa etária de 10 a 14 anos. O esquema vacinal é composto por duas doses, que serão aplicadas em um intervalo de três meses.

O Brasil, segundo a ministra Trindade, é o primeiro país a incorporar ao sistema público de saúde uma vacina para dengue.



PREFEITURA DE SÃO PAULO ABRE TENDA NA ZONA LESTE PARA ATENDER SUSPEITAS DE DENGUE. O equipamento, que começou funcionar na segunda-feira (5), fica na UPA (Unidade de Pronto Atendimento) 26 de Agosto, na Vila Carmosina. Renny Santos/Folhapress

Governo de SP anuncia centro de emergência contra a dengue

SAÚDE PÚBLICA

Leonardo Zvarick

SÃO PAULO O governo de São Paulo anunciou a formação de um COE (Centro de Operações de Emergências) para monitoramento e coordenação de ações de combate à dengue no estado. O objetivo é identificar, a partir da evolução do cenário epidemiológico, as regiões prioritárias para o controle da doença. A gente tem hoje acesso à informação de cada região e em cada cidade especificamente. A gente tem acesso a informações de mudança de cenário epidemiológico e nós podemos tomar ações efetivas tanto no combate ao vetor, como na redução de casos graves", disse Eliene Paiva, secretária estadual da Saúde.

de, que chamou o trabalho de "operação de guerra" no anúncio no Palácio dos Bandeirantes, nesta terça-feira (6). Desde o início do ano, São Paulo registrou 29.386 casos de dengue, sendo 45 da forma grave da doença, além de quatro óbitos. Cerca de 10 mil casos foram contabilizados na semana epidemiológica encerrada em 2 de fevereiro.

Em todo o estado, a incidência da dengue foi de 67 casos para cada 100 mil habitantes no período. Em algumas cidades, porém, o atual cenário já é considerado epidêmico, casos foram 120 mil habitantes. O plano estadual de combate à Aedes aegypti, mosquito transmissor da dengue, deve incluir campanhas educacionais e de comunicação, investimento de R\$ 12 milhões

testagem e repasse de R\$ 500 milhões a prefeituras paulistas ao longo do ano.

Municípios contarão com o apoio operacional da Defesa Civil estadual para a realização de visitas e mobilização de inseticidas contra o mosquito. O governo diz ter aproximadamente 100 mil equipamentos de fumacê à disposição.

Em Brasília, as Forças Armadas montaram um hospital de campanha para tentar fazer frente à epidemia de dengue no Distrito Federal. O DF já concentra 46.398 casos prováveis de dengue até 4 de fevereiro, o que representa um aumento de 1.120% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Secretaria de Saúde. Até o momento, 11 óbitos pela doença foram confirmados.

Caluana Raquel Lopes, de Brasília

Ministra da Saúde alerta para surtos da doença no país

Geovana Oliveira

SÃO PAULO A ministra da Saúde, Nisia Trindade, fez um alerta na noite desta terça-feira (6) sobre o aumento de casos de dengue no país. Em pronunciamento nacional, ela afirmou que a situação de emergência exige uma mobilização de toda a população, além dos governos, governadores e prefeitos.

"Várias cidades brasileiras estão enfrentando situação de emergência devido ao grande aumento dos casos de dengue", disse a ministra. "Está o momento de intensificar os

cuidados e a prevenção. Agora é hora de todo o Brasil se unir contra a dengue".

Ao menos 30 pessoas morreram em decorrência da doença neste ano, conforme dados do Ministério da Saúde. Em todo o país, foram confirmados mais de 150 mil casos até esta terça.

Segundo Trindade, um Centro de Operações de Emergências foi montado para analisar diariamente a evolução dos casos e mobilizar as ações de todos os órgãos.

A população, ela pediu que esteja na cartilha do combate à dengue: tampar as caixas d'água, descartar o lixo corretamente, manter as varilhas de água dos animais sempre limpas, guardar garrafas e pneus em locais cobertos, além de retirar água acumulada dos vasos e plantas.